

## NOTA TÉCNICA Nº 12

### A cor e os territórios da invisibilidade no Brasil durante a pandemia

Por Maria Ribeiro, Rosangela Hilário e Valdenia Menegon

No Brasil, em razão da falsa ideia de abolição escravagista, a população negra tem sido submetida a circunstâncias de subalternidade, podendo ser identificadas desde a sujeição socioeconômica até a determinação de vulnerabilidade. Tudo dito se vê traduzido em homens e mulheres sem terras, sem trabalho, sem profissão, sem escolaridade, sem acesso à cultura e lazer, saneamento básico, sem recursos financeiros e, por fim, sem esperança de que o Estado brasileiro tome para si a responsabilidade pelo aterrador e estatístico quadro de pessoas escravizadas pelos interesses mercantilistas.

De acordo com levantamento do IBGE, realizado no biênio 2016-2017, o povo negro-brasileiro correspondeu a 55% da população do país e tem assento preferencial nos cenários de pobreza, de baixa escolaridade, de moradias sediadas em locais dispensados de equipamentos públicos para garantia de direitos e de quaisquer condições comprometedoras de competências básicas para usufruto da cidadania.

Para além dos conflitos étnico-raciais, esbarramos ainda naqueles de gênero, todos eles insuflados pela cultura patriarcal; quer dizer que mulheres negras, sabidamente base da pirâmide social, são submetidas a condições de existência injustas e que põem obstáculos contra a valorização de capacidades individuais e outras articuladoras de projetos comprometidos com a própria casa, a rua, o bairro, a comunidade e a cidade onde vivem.

O conjunto de opressões sistêmicas de classe, gênero e raça — conforme apresentado por Angela Davis — torna-se, a todo o tempo, mais e mais evidente no Brasil. Segundo a 4ª. edição da pesquisa “Retratos das Desigualdades de Gênero”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cerca de 4,1 milhões de famílias são chefiadas por mulheres e mulheres negras que, por sua vez, ocupam o terceiro lugar no ranking educacional do país. Tudo dito e, ainda assim, estão as mulheres negras na base da pirâmide e encabeçando os piores índices de vulnerabilidade.

O que se tem percebido é que existe no Brasil uma territorialização e racialização da pobreza que atinge, sobremaneira, mulheres negras e periféricas. A pandemia da Covid-19 apenas acentuou as distâncias há muito existentes, dando luz à categoria “empreendedorismo” nas periferias e que se pode traduzir por práticas de

sobrevivência diante do abandono das organizações político-administrativas que atendem pelo Estado brasileiro.

Em contrapartida, mulheres negro-brasileira se organizaram em várias frentes, tomando por base o processo de sobrevivência das suas comunidades, tendo a solidariedade como mote de suas ações, em um processo reconhecidamente estruturado a partir de suas ancestralidades e no apoio mútuo.

### **Comunidades vulneráveis e a omissão do Governo Federal**

A pandemia da Covid-19 tornou evidente a distância existente entre os Brasis que dão forma ao grande território da Belíndia. De um lado, um Brasil/Bélgica, alimentado, cuidado e protegido por normas escritas e por tantas outras prescrições, que há décadas mantém privilégios como direitos para nacos da população e que, por sua vez, gozam de vivências plenas, porque universais, e epidermicamente garantidas para todas as pessoas nascidas da cor branca. Não por acaso, a primeira pessoa a morrer em decorrência da Covid-19, ainda em 2020, foi uma empregada doméstica preta de 63 anos de idade, contaminada pela patroa branca que havia trazido o vírus em viagem à Itália.

Por outro lado, o número de pessoas infectadas pelo novo coronavírus em favelas e subúrbios não contemplados por políticas públicas — a exemplo de territórios quilombolas, indígenas e aqueles onde se encontram pessoas em situação de rua — só não foi maior em função do extraordinário protagonismo de mulheres negras e mulheres não brancas, pobres e periféricas que, municiadas de sua solidariedade e compromisso social, deram materialidade ao milagre da multiplicação, reunindo-se a entidades como a Central Única das Favelas (CUFA), Movimento Negro Unificado (MNU) e demais movimentos e instituições que impediram saldo letal ainda maior entre vulneráveis. A nota aqui redigida está ocupada com a apresentação de ações e narrativas que seguem dando sustentação à existência de territórios marginalizados, contribuindo para a resistência da população negra e periférica em espaços ignorados pelas políticas públicas de assistência.

### **No Brasil, a pobreza tem cor e as mulheres negras são lideranças constituídas desde a urgência e emergência de territórios marginalizados.**

No Brasil, a pobreza tem cor e endereço fixo. É negra e há 133 anos se mantém estabelecida em territórios marginalizados, acomodada em periferias, favelas e palafitas. Lélia Gonzalez, uma das mais fecundas intelectuais brasileiras, destaca o fato de que o país é negro; para além do quantitativo de 57% da população, também a cultura acena para o sequestro transatlântico. Nem por isso, sabido é, registra-se equidade no acesso a direitos.

Há, entretanto, um grupo que resiste amparado pela solidariedade e pelo “aquilombamento” — mulheres negras, pobres e periféricas que foram elevadas ao posto de líderes de suas comunidades em função da absoluta ausência do Estado brasileiro para compartilhar responsabilidades e pautar direitos. Ainda Lélia Gonzalez observa que a população negra está entre os contingentes analfabetos e, em decorrência, entre os economicamente marginalizados (GONZALEZ, 2018, p. 85). Em sintonia com o pensamento de Gonzalez, constata-se que a maior parte da população pauperizada é preta. Também nos territórios onde a pobreza está escancarada, mais de 80% do orçamento familiar gira ao redor dos ganhos de mulheres pretas (NUNES, 2018). Logo, as mulheres negro-brasileiras exercem protagonismo entre os seus e as suas não porque o perseguiram, mas por sobrevivência. Para elas, as que mais trabalham, menos dormem e mais cuidam das pessoas contra as quais esbarram, a resistência não é apenas uma escolha política — a resistência é uma estratégia de sobrevivência. Escutá-las desde a própria experiência é a ação política mais urgente.

### **O Matriarcado Africano como inspiração para atingir a dororidade**

As experiências de mulheres negro-brasileiras domiciliadas em territórios periféricos guardam importantes semelhanças com as experiências de mulheres africanas do continente e cujos relatos nos alcançam. As lições do matriarcado africano acenam para o fortalecimento de todas as pessoas vinculadas àquele determinado grupo, inclusive, reforçando a importância da escuta — ilustrada pela relação também iniciática entre pessoa jovem e pessoa anciã — como recurso para transmissão de saberes ancestrais. É de se perguntar que espécies de saídas para conflitos instalados se podem encontrar nas narrativas das mulheres negro-brasileiras, há cinco séculos convocadas a cuidar dos seus mais novos, das suas mais velhas, da sua comunidade e de si mesmas.

A circunstância instalada pela circulação planetária do vírus desse sublinha sobre dados cruciais e que favorecem o entendimento daquela convocação. O ciclo de violências para dentro do qual são dragadas mulheres negro-brasileiras tem início com o nascimento e, de acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), a violência obstétrica — e, de modo consequente, a violência neonatal — têm prevalência entre mulheres negras e a prática está, inclusive, documentada.

Vencido o nascimento traumático, o binômio gestante-bebê é levado a se confrontar com a realidade fática dos territórios abandonados pelas políticas públicas de Estado, por baixo índice de escolaridade, por postos de trabalho cuja remuneração é senão miserável, pelo encarceramento e pelo racismo, finalmente, que é a lógica alinhadora de todos os abusos dirigidos contra corpos epidermicamente identificados ora como “perigosos”, ora como pertencentes a uma classe outra que não a de universais. Há de se observar o modo como as estratégias de apartheid são em tudo contrárias à ideia de comum, comunidade e de quaisquer regimes sociais engajados em ver bem crescer e

bem desenvolver o indivíduo porque assim bem crescerão e bem viverão todos os demais.

O conceito de “dororidade”, recuperado pela escritora brasileira Vilma Piedade em livro homônimo, desdobra o conceito de sororidade, ampliando-lhe a visada. Enquanto “sororidade” anuncia a aliança entre mulheres tornadas “irmãs” — do francês “*soeur*” —, a dororidade reconhece que o lugar de partida da aliança entre mulheres negras é a dor determinada pelo racismo cotidiano. É importante o conceito porque quaisquer moções reparatórias têm início com a nomeação. As dores sofridas por mulheres negro-brasileiras, no geral, não são sentidas cotidianamente por outras mulheres. Eis o sentido da dororidade, a dor que irmana estas mulheres.

Dar nome aos fenômenos, reconhecendo-lhes as dimensões constituintes (socioeconômica; da saúde mental; infraestrutural; educacional e formativa; afetiva, do mundo do trabalho; da circulação de imagens positivas; do reconhecimento da diversidade intragrupo — África como continente e não um suposto país monocultural etc.) para, por fim, desenhar estratégias de enfrentamento. Por “estratégias de enfrentamento” se tem entendido a inclusão de temas tornados “de recorte étnico-racial” na agenda de debates públicos e também, de maneira imediata, o reconhecimento das práticas de sobrevivência implementadas por mulheres negras em seus territórios.

O matriarcado está na base das sociedades africanas desde há muito e sugere uma linha de filiação que tem origem uterina, garantindo à mulher africana centralidade na casa. A casa, distante da imagem erguida pelo Ocidente branco como depósito de mulheres assujeitadas e soterradas por tarefas jamais identificadas como trabalho digno de atenção legal, é compreendida como centro do cuidado social. Deve-se manter no horizonte, outro modo, que não se trata da ideia corrente de alternância de poder, posto o matriarcado africano prever a colaboração entre gêneros e com vistas à manutenção da organização social.

Assim, quando a organização social parte da figura da mãe como eixo central das demais relações estabelecidas entre membros de um comum, assegura-se assento para uma perspectiva que é necessariamente política, posto que recusa a lógica falocêntrica que submete mulheres cisgênero e mulheres trans porque geneticamente corrompidas ou insuficientes ou sujeitas à tutela; porque expande o “cuidado materno” para o social, ratificando um saber que a nós todas e todos mantém vivas e vivos e, portanto, merecedor de especial atenção, por acenar na direção de soluções possíveis para as sociedades afrodiaspóricas bem como para as demais interessadas em ultrapassar as misérias instaladas pelo pensamento monocultural e contrassolidário.

O que se observa é que mulheres negro-brasileiras e periféricas possuem, fundamentalmente, maneiras específicas de se organizarem e defenderem suas

comunidades. Estas mulheres estão buscando a luta coletiva, a identidade de mulheres pretas, pobres e periféricas e que têm suas próprias estratégias de sobrevivência baseadas no afeto, na solidariedade e na ideia de comunidade. As experiências de partilha e ajuda mútua percebidas no período de pandemia se apresentam como alternativa viável de construção de uma sociedade baseada na coletividade.

### **Considerações e provocações**

Romper com o pacto inútil e ofensivo que apequena mulheres negro-brasileiras e periféricas à condição de coadjuvantes da própria vida, o qual é imposto por uma parcela dominante de pessoas que parecem preocupadas com o poder de organização e mobilização destas, é tarefa urgente para acelerar processos reparativos que interrompam o genocídio (em todos os campos) da população negra: a pandemia mostrou que a dororidade sustentou e estruturou a resistência para vencer as ausências do estado brasileiro, a violência do racismo estrutural e a invisibilidade da condição feminina e preta. Neste ponto, faz-se necessário compreender que a ruptura com este pacto precisa ser a valorização do “nós por nós”: as mãos que se estenderam foram de outras mulheres pobres imbuídas da força da ancestralidade.

Urge ouvir, fortalecer e aprender com essas mulheres. Tirá-las da condição de estatística e dar-lhes, de fato e de direito, condição de cidadãs. Dar visibilidade à produção sobre e com mulheres negro-brasileiras e periféricas, constitui na quebra de narrativas e construções históricas hegemônicas, corroborando assim, no processo de empoderamento de meninas e mulheres negras, com o propósito de que sejam construídas estratégias coletivas e experienciadas a partir do lugar de onde falam: mulheres periféricas cujas pautas podem ser melhor utilizadas se forem compartilhadas, entendidas e difundidas na sociedade brasileira; com reconhecimento do seu papel e fortalecimento de suas ações para combate à miséria e exclusão com assistência social para emancipação e não assistencialismo que torna perene a condição de vulnerabilidade.

### **Assim perguntamos:**

1. Por que os recursos disponibilizados para atendimento e cuidados com as populações vulneráveis não foram utilizados?
2. Por que os planos de imunização dos grupos das áreas médicas não incluíram, desde o primeiro momento, as pessoas que trabalham dando apoio e sustentação na organização das rotinas diárias para o enfrentamento à Covid-19? Quantas vítimas houve neste grupo e por que isso não foi noticiado?
3. Por que não há estudos sobre o impacto da pandemia na vida e na saúde mental das mulheres pretas empregadas em casas de família, limpeza de hospitais, limpeza urbana, lixo hospitalar, laboratórios?

4. Como serão/estão sendo assistidos os órfãos e órfãs das mulheres invisíveis (e pobres) vitimadas pela Covid-19?
5. Quais referências podemos incorporar dos processos de organização destas mulheres?
6. Nossa perspectiva para analisar as opressões de gênero contribuem para incluir de fato todas as mulheres? Já avançamos para além da categoria de “mulher universal”?

## Referências

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos/ organização Flávia Rios- Marcia Lima. 1ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela**: o poder feminino em territórios populares. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora NOS, 2017.

SOMÉ, Sobonfu. O Espírito da Intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. Disponível em: [https://www.academia.edu/40340547/O\\_Espirito\\_da\\_Intimidade\\_Sobonfu\\_Som%C3%A9](https://www.academia.edu/40340547/O_Espirito_da_Intimidade_Sobonfu_Som%C3%A9). Último acesso em 26JUL2021.